

## Sumário

### DOCTRINA

#### ARTIGOS

Do zigue-zague à subcidadania: trajetórias de (des)territorialização e violação de direitos humanos dos jovens que cumpriram medida socioeducativa de internação na cidade de Porto Alegre

<b>Ana Paula Motta Costa, Victória Hoff da Cunha</b> .....	9
Introdução .....	9
Medida socioeducativa de internação: concepção e execução .....	10
Território e multiterritorialidade: trajetórias de desterritorialização .....	14
Introdução à pesquisa empírica.....	16
Conclusão: o conflito de territorialidades .....	23
Referências .....	24

A obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda de fornecedores e prestadores de serviços pelo gestor público, sob pena de improbidade administrativa por omissão

<b>Rodrigo Silveira Diniz Machado</b> .....	27
Introdução .....	28
1 Estado federal e autonomia dos entes.....	29
2 Do Imposto de Renda retido sobre a fonte à luz da Constituição Federal .....	30
3 Recurso Extraordinário nº 1.293.453/RS.....	31
Conclusão .....	40
Referências .....	41

Administração pública, Novas Tecnologias e controle social: uma análise da “Operação Serenata de Amor”

<b>Taynara Silva Arceno</b> .....	43
1 Introdução .....	43
2 O “admirável mundo novo” da tecnologia e a informação pública em rede .....	44
3 A cibertransparência como um elemento constitutivo do estado democrático de direito .....	47
4 Novas Tecnologias e controle social da administração pública: análise da “Operação Serenata de Amor” .....	51
5 Considerações finais .....	54
Referências .....	55

O papel da avaliação continuada dos serviços públicos na definição de prioridades do Estado

<b>Paula Carolina de Oliveira Azevedo da Mata</b> .....	59
Introdução.....	59
1 Os serviços públicos no Brasil.....	61
1.1 O conceito jurídico de serviço público: principais discussões .....	61
1.2 O custeio dos serviços públicos no Brasil: breve contextualização.....	64
2 Avaliação continuada dos serviços públicos: as inovações legislativas propostas pela Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos).....	65

2.1	Os principais objetivos do Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos.....	65
2.2	Os aspectos de avaliação definidos pelo Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos.....	68
2.3	A necessidade de regulamentação específica de cada Poder e esfera do governo ....	69
3	A importância dos processos avaliativos na elaboração de políticas públicas.....	70
3.1	A análise de impacto legislativo: avaliação <i>ex ante</i> (prospectiva) e <i>ex post</i> (retrospectiva) e a avaliação continuada dos serviços públicos .....	70
3.2	Responsabilidade de realizar a análise de impacto legislativo e a avaliação continuada dos serviços públicos: quem deve? .....	72
4	A necessidade de utilização dos resultados da avaliação continuada dos serviços públicos: a imposição de “melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço” na alocação de prioridades .....	73
	Considerações finais.....	76
	Referências .....	77

## PARECER E INFORMAÇÕES JURÍDICAS REFERENCIAIS

### Parecer

<b>Cristiane Bandeira da Silva, Rafael Bazzan Barros</b> .....	81	
1	Considerações iniciais.....	82
2	Da possibilidade celebração do termo de ajustamento de conduta, entre as partes interessadas .....	84
3	Das áreas de interesse público e objeto do Termo de Ajustamento de Conduta, entre as partes interessadas .....	88
3.1	Área de propriedade de Hermann Ulrich Nelz, Matrícula nº 26.939.....	88
3.2	Área de propriedade do município de Gramado, Matrícula nº 38.007 .....	89
4	Das transferências de áreas para o Parque das Orquídeas e da área remanescente .....	91
4.1	Área de terras de propriedade de Hermann Ulrich Nelz, parte da Matrícula nº 26.939, a ser agregada ao Parque das Orquídeas por doação.....	91
4.2	Área de terras de propriedade de Hermann Ulrich Nelz, parte da Matrícula nº 26.939, a ser permutada e agregada ao Parque das Orquídeas.....	93
4.3	Área de terras remanescentes de propriedade de Hermann Ulrich Nelz, parte da Matrícula nº 26.939.....	93
4.4	Área de terras de propriedade do município de Gramado, parte da Matrícula nº 38.007, a ser permutada e agregada à área remanescente de Hermann Ulrich Nelz .....	94
4.5	Área de terras remanescente de propriedade do município de Gramado, parte da Matrícula nº 38.007 – futura área de acesso ao Parque das Orquídeas.....	95
5	Das áreas resultantes para serem agregadas ao Parque das Orquídeas e para futuro empreendimento .....	96
5.1	Área de terras resultante a ser agregada ao Parque das Orquídeas (doação e permuta) .....	96
5.2	Área de terras resultante para futuro acesso ao Parque das Orquídeas .....	97
5.3	Área de terras resultante para futuro empreendimento (área remanescente e permuta) .....	97
6	Da requalificação urbana da área resultante para futuro empreendimento .....	99
6.1	Das contrapartidas urbano, ambientais e sociais em face da requalificação dos regimes urbanísticos .....	101
7	Da instrumentalização e justificativa para celebração do Termo de Ajustamento de Conduta .....	102

7.1	Dos fundamentos potencialmente adequados para composição entre as partes interessadas .....	103
8	Considerações finais .....	105
	Referências .....	106

#### Informação Jurídica Referencial PMS-08 nº 28/2023

<b>Jusara Aparecida Bratz</b> .....	107	
1	Relatório .....	107
2	Fundamentação .....	110
2.1	Da informação jurídica referencial .....	110
2.2	Da possibilidade de alteração dos contratos de aquisição de gêneros alimentícios ...	111
2.3	Da minuta de termo aditivo .....	114
2.4	Do pagamento por indenização administrativa dos produtos entregues em desconformidade com os projetos de venda .....	115
3	Conclusão .....	119
	Referências .....	120

#### Informação Jurídica Referencial CPSEA-PGM nº 26/2023

<b>Bethania R. Pederneiras Flach</b> .....	121	
1	Relatório .....	121
2	Fundamentação .....	122
2.1	Cabimento da informação jurídica referencial .....	122
2.2	Dos aspectos jurídicos para a contratação por dispensa de licitação .....	123
2.3	Requisitos para a contratação direta em razão do valor – IN PGM nº 10/2020 .....	125
2.3.1	Verificação sobre existência de registro de preços ativo e não fracionamento do objeto .....	126
2.3.2	Termo de referência ou projeto básico homologado pelo titular do órgão ou entidade .....	126
2.3.3	Justificativa de preços .....	126
2.3.4	Certidões e declarações .....	127
2.3.5	Consultas de verificação de idoneidade .....	128
2.3.6	Pedido de liberação aprovado .....	128
2.3.7	Minuta do contrato, salvo quando dispensado o instrumento (art. 62, <i>caput</i> e §4º da Lei 8.666/93) .....	128
3	Conclusão .....	129
	Referências .....	131
	ANEXO I .....	132

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

#### Supremo Tribunal Federal

ADI – Constitucional – Administrativo – Lei Federal nº 13.022/2014 – Estatuto Geral dos Guardas Municipais – Constitucionalidade formal – Atividade fiscalizatória de trânsito pelas Guardas Municipais – Possibilidade – Exercício do poder de polícia administrativa – Atividade de segurança pública pela Guarda Municipal – Possibilidade – Precedentes STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.780/DF .....	143
---	-----

### **Supremo Tribunal Federal**

ADI – Constitucional – Administrativo – Servidor público – Agentes de Combate às Endemias – Lei nº 13.026/2014 – Autorização para transformação de empregos em cargos públicos – Emenda Constitucional nº 51/2006 – Admissão por processo seletivo público – Exceção constitucional à regra do concurso público – Definição do regime jurídico aplicável aos profissionais – Competência do legislador ordinário. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.554/DF ..... 165

### **Supremo Tribunal Federal**

Recurso Extraordinário – Repercussão geral reconhecida – Direito Penal – Crime de infração de medida sanitária preventiva – Artigo 268 do Código Penal – Norma penal em branco – Complementação por ato normativo estadual ou municipal – Possibilidade – Artigo 22, inciso I, da Constituição Federal de 1988. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.418.846/RS ..... 171

### **Superior Tribunal de Justiça**

*Habeas Corpus* – Artigo 359-C do Código Penal – Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Necessidade de especificação das despesas contraídas nos últimos quadrimestres do mandato que não puderam ser pagas no mesmo exercício financeiro ou no exercício seguinte – Impossibilidade de a análise ser global, considerando a iliquidez total do caixa – Risco de violação à ampla defesa. *Habeas Corpus* nº 423.644/SP... 181

### **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Administrativo – Constitucional – Repartição de receitas – Artigo 159 da Constituição Federal de 1988 – Lei Complementar nº 62/1989 – Repasse ao Fundo de Participação dos Municípios – Transferência de titularidade apenas no momento da entrega fixada no Texto Constitucional – Inexistência de direito à recomposição patrimonial para período pretérito. Apelação Cível nº 5045949-57.2017.4.04.7100/RS ..... 187

### **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Direito Previdenciário – Instituto de previdência municipal – Regimento próprio de previdência social – Reforma da previdência – Regras de transição com pedágio – Redutor de idade – Requisito e aplicabilidade. Processo nº 1126951..... 205

EMENTÁRIO ..... 215

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS ..... 229

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....231